

Em reunião de 28/9/2023

Com: Micael



REVISADA

-----votos a favor-----

-----votos contra-----

-----abstenção-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2023

I – ABERTURA -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas 20 h 29 m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Pavilhão Polidesportivo da União Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha, na freguesia de Vila Nova da Rainha, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **Ponto 1** – Atividade Municipal – Período de 9/2/2021 a 10/4/2022 -----

----- **Ponto 2** – Documentos de Prestação de Contas 2023 ----- **P 32/P/2023**

----- **Ponto 3** – Aplicação do Resultado Líquido do Período de 2022 ----- **P 33/P/2023**

----- **Ponto 4** – Projeto do Plano Municipal para a Igualdade: Azambuja + Igual Plano de Ação -----

----- **P 37/V-MO/2023**

----- **Ponto 5** – Apoio às Juntas de Freguesia – Cedência de Calçada a título Gratuito- **P40/VMO/2023**

----- **Ponto 6** – 1ª Alteração ao mapa de Pessoal aprovado para 2023 ----- **P 22/VAMC/2023**

II – PRESENÇAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente Em Exercício** – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- **Primeiro Secretário** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- **Segundo Secretário** – Armando Jorge Adrião Calixto -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores António José da Fonseca Nobre, David José Pinto Mendes, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Francisco António Galvão Morgado, Firmino Miguel Santos Amendoeira, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, Tiago João de Freitas Santos em substituição de José Vieira Navarro de Andrade, Lúcio Manuel Cardador Costa, Maria de Fátima Gaspar Pinto, José Gonçalves Dias Pereira em substituição de Marta David Gondar Diniz, Natália



Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre, Maria João Martins Canilho de Sousa e Helena Maria Amorim Maciel. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pelo Senhor **Presidente Em Exercício da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor Deputado **José Vieira Navarro de Andrade** representante do PSD sendo substituído pelo Senhor Deputado **Tiago João de Freitas Santos**, representante no mesmo partido na lista admitida, a Senhora Presidente **Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos** sendo substituída pela Senhora Deputada **Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas**, representante da mesma Coligação na lista admitida e a Senhora Deputada **Marta David Gondar Diniz**, representante do CDU, sendo substituída pelo Senhor Deputado **José Gonçalves Dias Pereira**, representante da mesma Coligação na lista admitida. -----

----- O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia deu início à reunião, cumprimentou os presentes, o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia e agradeceu à Direção da União Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha a cedência das instalações. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----



----- O Senhor Presidente em Exercício da Assembleia, lembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta Sessão, e solicitou à Senhora Deputada Helena Maciel que se dirigisse aos demais deputados, a que ela os cumprimentou considerando ser importante a entrega de corações coloridos entre os quais amarelos e azuis, para festejar o mês de abril, que referia os maus-tratos na infância, relativamente ao ramo de flores disse que fora feito em homenagem às mulheres que tinham lutado pela liberdade. -----

----- Interveio o Senhor João Mateus referindo que com a construção de centrais solares no concelho, se tinham perdido sessenta mil toneladas de CO2 como sumidouro natural, o desbaste das árvores tinha sido enorme pelo que perguntou se a Câmara ou a Assembleia Municipal teriam planos de mitigação da situação, como o trabalhar com privados, zonas de intervenção florestal, utilização de terrenos públicos para compensar toda a comunidade desta perda enorme, por outro lado queria saber se existiam planos para a verificação e a forma como estavam ser cumpridos os estudos de impacto ambiental para cada uma das centrais que tinham sido licenciadas. -----

----- Interveio a Senhora Elisabete Canteiro para reportar que tinha uma casa na R. da Arameira em Aveiras de Cima, que se encontrava no Plano da AUGI, da Qta. do MOR, tendo-se deparado com alguns custos de saneamento e a parte elétrica que considerava elevados. Tinha sabido da existência de um Protocolo da CMA e queria saber se poderia contar com esse apoio, e a quem se devia dirigir. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, respondeu que a Câmara tinha apenas legalizado uma central florestal e a outra tinha sido a infraestrutura responsável, tinha sido dito ao promotor para nas zonas onde não fossem implantados painéis para diminuir o impacto da zona, apesar de eucaliptos produziam uma pegada ecológica, os impactos teria de ser a APA a tratar, dado que a Câmara pouco tinha acompanhado a obra, relativamente a questão da Senhora referiu que existia realmente o plano da AUGI, que poderia marcar uma reunião com ele e ver-se-ia o assunto. -----

V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- A Ata da reunião de 22 de dezembro de 2022 foi aprovada por maioria com três abstenções (2 do PSD e 1 do CDU) -----

---- A Ata da reunião de 28 de dezembro de 2022 foi aprovada por maioria com três abstenções (2 do PSD e 1 do CDU). -----

----- **APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES** -----

---- Foi apresentada uma moção pela CDU, o Senhor Deputado António Nobre a Moção que se transcreve: *“Os trabalhadores, os reformados e pensionistas as populações estão confrontadas com o aumento do custo de vida e a contínua escada do preço dos bens e serviços essenciais.* -----

Para muitas famílias, a opção entre pagar a renda ou a prestação do empréstimo à habitação ou pôr a comida na mesa até ao fim do mês é uma realidade cada vez mais presente, pois os baixos salários e pensões acabam muito antes de se chegar ao fim dos mês. -----

Ao mesmo tempo, e visivelmente, aumentam os lucros, a exploração e a especulação, em contraste com as condições de vida da população, designadamente na grande distribuição, banca e energia.

Por tudo isto, é importante a celebração do 1^o de Maio, Dia do Trabalhador, e a valorização do trabalho e os trabalhadores.” -----

Vila Nova da Rainha, 27 de abril de 2023.” -----

---- O Senhor Deputado disse que a Moção era para recordar o 1º de maio de 1974, pois havia sido o primeiro referendo ao 25 de abril, 25 de abril que tinha sido muito mal tratado na cerimónia da Assembleia Municipal. Enquanto membro há vários mandatos, nunca tinha ouvido o que lá ouvira e sentia-se magoado. Referiu como era o concelho de Azambuja no pré 25 de abril, poder-se-iam ter divergências na forma de tratar os assuntos, mas era inegável que quase 50 anos depois o concelho estava diferente, tinha dificuldade em perceber certas afirmações. Com a proximidade localização de um outro Concelho Azambuja mostrava disponibilidade para empregar. As operárias norte americanas que foram queimadas vivas porque lutavam por um melhor salário, hoje falava-se sob a igualdade das mulheres, mas naquele tempo as coisas não tinham sido assim, as pessoas não tinham nada e os tempos de outrora negros devem ser lembrados. -----

---- A Moção foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

---- Contra: 0 | Abstenção: 10 (8 PSD, 2 CH) | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU, 1 BE) -----

---- Aprovado por Maioria. -----

----- Interveio o Senhor Deputado do PS, Sr. Gonçalo Ferreira, dizendo que a revolução se abril, com a 49ª edição que acabavam de festejar, tinha sido a mais histórica do povo português constituindo um ato de emancipação social e mais histórica dos cidadãos convocando-os para a luta dos direitos. Com a implementação do 25 de abril tinha-se desenvolvido os princípios de cidadania e o estrato social, conquistara-se o direito à cidadania à educação e o direito à habitação os direitos democráticos sociais e laborais conquistados . Manter vivo o espírito de abril, implicava aprofundar a democracia. Comemorar o 25 de abril, é comemorar o 1º de maio, um momento de resistência e luta, um direito da conquista de mais direitos dos trabalhadores e do povo. Disse nunca ter visto como acontecera na última Sessão Solene, o 25 de abril ser tão mal tratado, como dissera o deputado anterior, queria dizer á professora Fátima Pinto a propósito daquele conjunto de considerações que tecera, a propósito do desenvolvimento de país antes do 25 de abril, dizer-lhe três ou quatro coisa que não aconteciam, só aconteciam agora, graças à luta do povo e dos trabalhadores. Foi graças à luta do povo e dos trabalhadores que se se conquistara o direito ao salário mínimo nacional fixado na altura em 3.300 escudos , foi ainda graças a eles que se conquistara o direito a férias e ao pagamento do subsídio de férias e de Natal, foi ainda graças a ele que se tinha conseguido o subsídio de desemprego, que se tinha fixado normas para o despedimento coletivo, foram fixados um limite máximo de horas de trabalho. Se considerássemos a diferença entre o ante e depois do 25 de abril tudo tinha mudado, e felizmente para melhor. -----

----- Foi com base em tudo isto, que aclamou a Moção do Deputado da CDU, exultando toda a população a seguir todos os princípios de revolução e a participar em todas as atividades do 1º de maio, conforme a defesa e as liberdades conquistadas por todos os trabalhadores e trabalhadoras. -

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: “ *A bancada do PSD vota abstenção, pois embora concorde com a máxima importância do Dia do trabalhador e também com grande parte do texto dessa Moção, não pode votá-la favoravelmente sendo apresentada pela CDU, quando esta é uma força política que tem efetivamente sido conivente com as políticas do PS, que são responsáveis por grande parte da situação do país apresentadas no texto da própria Moção.*” -----

----- O Senhor Deputado António Nobre, recordou que no final da Assembleia da República o PS tinha votado sempre, mas sempre. -----



---- O Senhor Deputado do BE. Sr. Firmino Amendoeira, apresentou a Moção que se transcreve: ----

----- " MOÇÃO - Saudação ao 1º de Maio -----

Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem! Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões.

Mas não desistiram! Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração, e lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais.-----

Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. -----

A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. -----

Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----

Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. -----

E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Azambuja, reunida em sessão ordinária em 27 de abril de 2023, delibera: -----

1. *Saudar o 1^a de Maio e nele a coragem de todas e de todos que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todas e todos;* -----

2. *Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração.”* -----

----- Interveio a Sra. Deputada do PS, Sra. Cláudia Gomes dizendo que fora pelas mãos do Partido Socialista que tinha sido publicada a Lei 13/2023 que alterava o código do trabalho e a Lei conexas no âmbito da agenda do trabalho, e cujas alterações iriam entrar em vigor no dia 1 de maio, um dia com tanto significado para todos em especial para os que haviam nascido após as lutas e que usufruíram de todos os direitos que delas advinham. A agenda de trabalho assentava em quatro eixos principais, o combate à precariedade, a valorização dos jovens no mercado de trabalho, a promoção da vida profissional, pessoal e familiar e a dinamização coletiva e a participação dos trabalhadores, um passo em frente para dinamizar a contratação coletiva e para limitar a sua introdução dos elementos de natureza arbitral. Enaltecia a Moção apresentada e as conquistas apresentadas. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto, do CH que disse em defesa da honra que não se encontrava ali como professora nem como empresária, engenheira ou o que fosse, disse que era Deputada Municipal e exigia ser tratada assim, ser tratada com respeito, como ela tratava cada um dos presentes da sala. Considerou que, portanto, ainda bem que o seu discurso tinha feito reagir o Deputado Gonçalo Ferreira, não gostavam, mas não paravam de falar do CHEGA, o que tinha dito foi simplesmente toda a verdade. -----

----- Interveio o Deputado António Nobre, considerando que o CH tinha algum problema, pois além do que era dito no tribunal constitucional havia uma proposta para a extinção do CHEGA, tinha sido proposto pela Dra. Ana Gomes, não sabia qual a resolução mas o essencial era não utilizar determinado tipo de expressões, porque na verdade para a nossa Constituição, Constituição de abril, existia uma norma que especificava esta matéria e que proíbe estas manifestações fascistas, e que ouvimos aqui e na Sessão Solene do 25 de abril, tinha a ver com isso, era bom que as pessoas refletissem sobre estas matérias, o que tinha sido no passado e o que é que 25 de abril nos trouxera.



Relativamente à Moção do BE, disse que a CDU não colocava qualquer obstáculo com a admissão da mesma. -----

----- Tomou a palavra o Deputado Gonçalo Ferreira para dizer que não sabia até quando é se ofendia a honra, pois vir a um órgão democrático, eleito democraticamente, não percebia a defesa da honra, que só devia ser invocado quando houvesse motivos para ser utilizado. Não precisava de defender a defesa da honra, até porque quando vinha defender o que vinha defender na sua intervenção não vinha defender a sua honra, mas sim a honra dos que tinham sido torturados pelos que haviam lutado para que agora a Sra. Deputada possa abrir a boca e dizer aquilo que quiser, essa era a honra que estava a defender, não era a dele. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira, dizendo que existiam pessoas que falavam de cor, podem respeitar os que ali estavam, mas a memória do povo português durante a esses 48 anos, a memória de todos os que foram presos, torturados e assassinados aos milhares nas prisões do fascismo, era esses que a Deputada e o seu partido não respeitava. -----

----- A Moção foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 10 (8 PSD, 2 CH) | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU, 1 BE) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: “*Á semelhança da anterior a abstenção do PSD é exatamente a mesma da anterior, para a qual dispensa os comentários das declarações de voto, como deve imaginar.*” -----

----- Interveio o Senhor Deputado do PSD, Nelson Rodrigues para dizer que não tinha vivido o 25 de abril, sempre tinha vivido em liberdade, mas se havia algo que o 25 de abril tinha trazido foi a liberdade de expressão, a liberdade de dar a nossa opinião, se concordava com aquilo que a bancada do CHEGA tinha dito com o seu discurso no dia da sessão solene, não, não concordava mas achava muito feio não respeitar a opinião de quem a dava, fosse ela qual fosse, e não fora respeitada. Outra coisa que gostava de dizer, era que só quem era democrata era a esquerda, no entanto havia tantos e tão bons democratas à direita como à esquerda. -----

----- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

----- Interveio o Sr. Deputado André Salema do PS dizendo que uma das particularidades que 25 de Abril tinha tido fora a proximidade entre os municípios e as obras, sendo certo que algumas ainda



estavam por fazer, como o saneamento básico do concelho em geral e muito particularmente na sua Freguesia, a ver se abril se fazia muito sinceramente em Azambuja, e mais concretamente no mandato que decorria, tinha tido acesso ao valor de custo da obra de saneamento dos Casais de Britos, pois ainda faltavam várias partes, e parecia-lhe que a estimativa que o Município recebera em tempo estava demasiado empolada, pelo que convidava o Sr. Presidente da Câmara a pedir aos técnicos dos Serviços que analisassem bem estas propostas, de forma a perceber bem o que era analisar bem o custo do saneamento na R. Martinho dos Santos. Falando naquela rua, lembrou que as árvores, as raízes e o pavimento, estavam há mais de cinco anos sem serem arrançados. A propósito de uma notícia de o jornal O Mirante, disse ter descoberto esgotos céu aberto na localidade dos Casais de Baixo. Considerou que o problema não era só de Azambuja era um problema que se alargava ao concelho, pelo que pediu ao Sr. Presidente que elaborasse uma equipa e os pusesse a investigar o problema do Concelho, estava-se em 2023 e pessoas com casas arrendadas, faziam disso o seu negócio, eram atentados ambientais e já deveriam ter terminado há muitos anos. Disse que já tinha enviado à Sra. Vereadora Ana Coelho umas questões sobre os Casais de Britos, já tinha recebido as respostas que o tinham satisfizado, esperava que tal como lhe fora dito as obras estivessem prontas até ao Verão, se não a Junta de Freguesia trataria das coisas com a verba que tinha sido colocada em Orçamento 2023. Desafiou o Presidente da Câmara, a ser um pouquinho mais inovador no que dizia respeito aos Acordos de Execução e os Contratos interadministrativos, os pavimentos em calçada, porque era que a Câmara não tendo um calceteiro, não passava as competências para as Juntas de Freguesias? Era costume estarem à espera por um tempo indeterminado de arranjos simples, tais como um buraco, lancis e outros. Disse ao Presidente da Câmara que como sabia, a fiscalização era um dos problemas que as Juntas de Freguesia poderiam desenvolver, ainda que as Juntas mais pequenas não tivessem meios para isso, poder-se-iam entender com as maiores. Para finalizar, disse que a Junta de Freguesia de Azambuja, tinha feito no Pavilhão Municipal, os três dias do 25 de Abril, que juntara imensa gente, posto isto disse ao Presidente que o Azambuja Fayre Play, que estava inativo desde 2017, por na época ser necessário cerca de 12.000 €, poderia ser ativado, pois a Câmara tendo tantos instrumentos de desporto, poderia facilmente utilizar alguns. -----
----- Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que era uma questão estrutural, havia um conjunto de locais no concelho que se encontravam já estruturados e que era necessário intervir ao nível do



saneamento básico, tinha chegado atrasado porque tinha estado a discutir os valores que Azambuja tinha, ao abrigo do Portugal 2030, eram cerca de 2 ME e tinham de ser bem aproveitados para corrigir este tipo de situações que faltava fazer. Ainda bem que tinha gostado da resposta da Vereadora, Os Acordos Interadministrativos estavam a ser discutidos, a ver se conseguia ir mais longe, a pavimentação e a fiscalização era um assunto que poderiam conversar com os Srs. Presidentes de Junta, a Azambuja Fayre Play veria o que poderia fazer. -----

----- Interveio o Deputado do PSD, e Presidente da Junta de Aveiras de Baixo, Sr. José Fortunato Martins, dizendo, a propósito do que fora dito na Assembleia de Freguesia, o que tinha sido feito para o alargamento dos dois cemitérios, se já havia levantamento topográfico, ou algo que agilizasse o processo, em seguida perguntou qual o ponto de situação do protocolo com o ringue situado na Qta. de Sto. António em Casais da Lagoa, uso de terreno municipal, a propósito do qual perguntou qual a situação dos arranjos paisagísticos, pois ainda agora teve de cortar a vegetação toda e isso envolvia custos para a Junta. Por último perguntou qual o *feedback* da limpeza de terrenos urbanos, tinha com muito gosto verificado que a Câmara já tinha iniciado o processo, mas com as alterações climáticas e o tempo muito quente, era necessário proceder á limpeza, perguntou por isso quantas intimações tinham sido enviadas e quantas estavam em falta. Quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos perguntou porque via muitos contentores ser despejados atempadamente, e sem serem higienizados atempadamente, dizia isto porque em Aveiras de Baixo desde setembro do ano transato não eram limpos, estavam imundos. No que respeitava à recolha dos monos e verdes sugeriu que voltasse a ser efetuada uma vez por semana, quanto à praceta 25 de abril nas Virtudes, local do estaleiro de uma empresa, solicitou à Câmara que asfaltasse ou que solicitasse à empresa que o fizesse. Pois a Junta já tinha descarregado lá várias carradas de massa asfálticas e não conseguia resolver o problema. Para finalizar perguntou ao Sr. Presidente se era desta vez que a ribeira de Aveiras iria ser limpa, pois já lá tinha visto as máquinas, a limpar a ribeira do Valverde. -----

----- Em resposta o Sr. Presidente disse que relativamente ao cemitério de Casais da Lagoa já tinha sido feito o levantamento, estava-se a construir o alargamento, o de Aveiras de Baixo estava mais atrasado, tinha pedido ao Presidente da Junta que visse da existência da posse de uma escritura que dava a Aveiras de Baixo a posse do terreno, não sabia se já estava, quanto ao Protocolo tinha sido enviado para o gabinete de serviços jurídicos da Câmara para ser elaborado. Quanto à limpeza de

espaços tinham sido notificadas 198 pessoas (rústicos e urbanos), relativamente aos contentores disse que em particular nos concelhos vizinhos, havia o hábito de fazer a limpeza do nosso concelho, a praceta 25 de abril iria ver como tratar o assunto, e a limpeza das linhas de água só era da responsabilidade dentro das linhas urbanas pelo que iria ver como resolveria esse assunto. -----

----- Interveio o Deputado e Presidente da Junta de Vila Nova da Rainha, Sr. Gustavo Borda de Água para agradecer a ajuda prestada pela Câmara, no problema que tinham na entrada norte do bairro da Socasa, a correção do traço contínuo colado pela IP, perante a existência de cabos mal passados na freguesia, via com agrado a existência do Protocolo entre as três partes, EDP, Renováveis, Câmara Municipal e Junta de Freguesia para uma verba de 34.000 euros, para a recuperação do parque de Sta. Marta. Apelou para o alcatroamento da estrada junto a Escola Primária e colocação de lombas, num total de 80 m, sendo necessário também no Corte das Freiras, num total de 100 m, a acessibilidade dos moradores. Os terrenos do queimado que foram dados à Akili Capital, o ideal para aqueles era a aplicação de espaços verdes de lazer, pelo que sugeria ao Município fazer um Protocolo com uma empresa agrícola para manter os espaços arranjados. Perguntou se o Presidente tinha algo a dizer acerca das obras inacabadas da Socasa, pois na última Assembleia tinha dito que iria ver com a Socasa uma possível solução, acerca da Av. Gago Coutinho junto aos pavilhões tinha sido dada uma verba de 60.000 € para a requalificação da mesma, numa Assembleia anterior foi dito que seriam cerca de 300.000 € o valor da verba para a recuperação de toda a extensão e que a Câmara não tinha possibilidade de a executar, sugeriu por isso ao Presidente que a verba fosse canalizada para a mesma Av. No imediato, dado haver uma vala a céu aberto que necessitava ser manilhada. Para finalizar, solicitou à Câmara que fosse solidário com V.N. da Rainha acerca do TGV, pois não se mostravam contra, apenas contra o traçado, para poderem salvar as habitações que se mostravam ali tão perto. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que as duas primeiras intervenções do Sr. Presidente já tinha tido a hombridade de as referir, a questão dos alcatroamentos junto à Escola e no Corte das Freiras, quanto aos terrenos já tinha sido elaborado com um senhor que ali cortara o feno um protocolo, iri ver se o senhor ainda estava em condições de o fazer de novo. O Protocolo fora de 50.000 €, não de 60.000€, era uma obra que tinha projeto e assim que houvesse condições financeiras arrancaria. Relativamente ao terreno haviam de conversar com os dois e encontrar-se-ia uma forma de



resolverem, havia uma zona agrícola em frente às habitações. Quanto ao TGV, disse que não era contra o desenvolvimento, mas que era contra a solução apresentada. -----

----- Interveio o Sr. Deputado do CH. Carlos Fonte que relativamente à Sessão extraordinária de Câmara de 31 de Março, entre o minuto 31,16 e o minuto 31,32 ninguém sabia o que se tinha passado na reunião, entre o minuto 32,25 e 32,41 o Vereador José Paulo dialoga com o Chefe de Divisão da DIOM, Eng. Pedro Melo e não se ouve nada, o mesmo se passando com o minuto 40,43 e 40,56 a mesma coisa. Na segunda parte da Reunião 47,24 e 47,38, 52,20 e 52,43 não se sabe o sentido da votação da Proposta que estava a ser discutida, deduz-se que fora votada por unanimidade, mas como não existia som não foi possível ouvir a votação. À 1.09,30 e 1.09,45 existe uma troca e galhardetes entre o executivo, ninguém conseguiu ouvir. Na reunião de ontem (26/4/2023) gostaria de saber o que foi o tema do Vereador José Paulo, e o Vereador Rui Corça não se ouve nada, considerou vergonhoso não poder assistir às reuniões lá em casa, dado que a Câmara tinha gasto algum dinheiro era espetável que os que os munícipes pudessem ouvir quer as Reuniões de Câmara quer as da Assembleia Municipal. Disse que era necessário cortar a vegetação da Escola Francisco Almeida Grandella, era necessário saber o estado do edifício. Tinha informação que a CMA tinha cedido para a prova de motocross, em Aveiras de Baixo, os tratores, a retroescavadora e um ou dois carros para transporte da Vegetação, e também meios humanos incluindo os sapadores florestais durante os meses de março e abril, queria saber se o Presidente confirmava. Dadas as Propostas de apoio à Casa do Povo de Aveiras de Baixo, aprovadas em Reunião. A 4/VP/2023 que atribuía um apoio de 2.000 € para trator modelar a pista e a 38/VMO/2023 onde estava contemplado trator para modelar a pista e as baias, sendo que por conclusão dir-se-ia que os contribuintes tinham pago duas vezes o mesmo apoio, perguntou o que passava. Fez o requerimento que se transcreve *“Pretendia que me fosse facultado as horas de trabalho da maquinaria, as horas de trabalho das camionetas, as horas de trabalho totais dos trabalhadores do Município, ou seja o valor total do apoio incluindo todas estas cedências.”* -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia em exercício disse que as reuniões eram transmitidas, mas não eram uma estação de televisão, eram transmitidas por um telemóvel através do Wireless, que por vezes falhava a transmissão. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fora certamente falta de rede, pois andavam a arranjar a rede em Tagarro, disse que já tinha visitado a Escola Almeida



Grandella que tinha mau aspeto por fora, mas o interior estava extraordinariamente bem conservado, convidará quem estiver disponível para ver, confirmou a pergunta do Deputado, que não se lembrava do apoio duplicado. Houvera um apoio de 7.000 €, mas não se lembrava de mais, iria ver e entregaria ao Presidente da Assembleia esses documentos e também as horas referidas no requerimento. -----

----- Interveio a Deputada do PSD Sra. Natália Peres pretendo saber se de acordo com a Assembleia de 29 de dezembro, já tinha sido aprovado a recuperação do Centro de Saúde de Alcoentre, pois até hoje mantinha as portas fechada, perguntou para quando o início dessas obras e qual o tempo que iria demorar a sua realização. -----

----- Em resposta o Sr. Presidente disse que o Centro de Saúde de Alcoentre estava inscrito através do PRR uma verba de 250.000 €, aguardava-se o auto de competência da Saúde, pois havia algumas coisas a limar e era isso que estavam a ver com o responsável da pasta. Quando a situação fosse resolvida, começariam as obras no Centro de saúde de Azambuja com a renovação do sistema AVAC, não sabia dizer quando começariam as obras no de Alcoentre. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, Deputado da CDU António Torrão para saber quando é que seriam efetuadas as obras de alargamento do Cemitério de Aveiras de Cima, solicitar um abrigo nos Casais de Vale Coelho, já que se falara na limpeza de ribeiras disse que estava à frente no processo, perguntou quando é que fazia a limpeza do R. da Fonte, da ribeira do Caju e do R. da Milhariça. Com a verba de 2.000,000 € que o concelho dispunha era o ideal depois das ribeiras limpas, resolver os problemas dos esgotos a céu aberto. Perguntou em que pé se encontrava o projeto para o parque da Fonte Santa, em Aveiras, como se encontrava os concursos para abertura de espaços na sua freguesia quer no Parque Urbano da Milhariça quer no Parque Urbano. Para finalizar perguntou se a fiscalização já tinha ido à roulotte, pois continuava sem casa de banho. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse o procedimento para o alargamento do cemitério está concluído, iria a um próxima Reunião de Câmara o processo para aprovação, teria de ir depois a uma Assembleia Municipal, já dera instruções para serem adquiridos quatro abrigos, as limpezas das ribeiras todos os anos eram feitas, o estacionamento da Fonte Santa já tinha dado ordens aos serviços para os fazer, de modo a que ainda fossem no decorrer deste ano realizados, tinham adquirido os



terrenos da sede da bola para fazer um estacionamento, estavam já a fazer a marcação do território, o Parque da Milhariça e o parque Urbano eram dois processos que estavam entregues a parte jurista para fazerem os procedimentos, a roulotte já tinha sido dada indicação para ele lá ir mas estavam com problemas com um só fiscal. -----

----- Interveio a Sra. Deputada do CH, Maria de Fátima Pinto dizendo que continuavam a aguardar umas respostas da Câmara desde o dia 25/10/2022, já tinham solicitado à Presidente da Assembleia Municipal que insistisse junto da Câmara, mas sem qualquer tipo de efeito, gostaria que o Presidente da Câmara fosse sincero hoje que dissesse sim vou enviar ou não, não vou enviar e caso as respostas não fossem enviadas qual o motivo. -----

----- O Sr. Presidente disse que já tinha visto o conjunto de questões que lhe tinham sido feitas e já as corrigira, se não tinham chegado fora porque tinha havido um lapso, iria ver no dia seguinte qual o motivo de não terem chegado as respostas. -----

----- A Sra. Deputada disse que não tinha recebido nada, pois jamais lhe pediria algo que já tivesse, mantendo-se firme e dizendo que se, entretanto, recebesse as respostas na próxima reunião dir-lhe-ia. -----

----- Interveio o deputado António Nobre, perguntando para quando um parque de estacionamento, para a R. do Condestável em Alcoentre, era necessário porque as pessoas continuavam a impedir a normal circulação na rua, e para que os bombeiros pudessem passar com as suas viaturas. -----

----- O Presidente disse que andava a ver um terreno ladeado pela Escola e já tinha pedido à Dra. Carla Roma que visse os limites do tal terreno, para ver se entravam em negociações com o terreno, para dar algum apoio aquela rua. -----

VI – ORDEM DO DIA -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 9 de fevereiro de 2023 a 10 de abril de 2023

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que se tratava de um documento que espelhava a atividade camarária de três meses, sendo naturalmente extensa, pelo que ficaria à disposição dos Deputados que lhe quisessem formular questões. -----

----- O Sr. deputado Carlos Fonte, referindo que na página 4, na rubrica 02.03.03 habitação e beneficiação de habitação social, perguntou o que é que tinha sido feito. Na página 16 perguntou a



respeito da rúbrica 04.04.05 Conselho Municipal de Educação o que podia ser feito. Nas páginas 18 e 19 relativo a CPCJ indagou a propósito das reuniões assinaladas, quando é que um membro da Assembleia Municipal assistiria a alguma. A propósito da reunião de 28/12/2012, onde foi solicitado o número de visualizações da Câmara e da Assembleia Municipal e até ao momento não tinha recebido nada, queria saber qual era o impedimento. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Natália Peres indagando que na página 3, na rúbrica 01.04.02 perguntou o que era a mudança da faturação eletrónica, na página 5 na rúbrica 05.08.10 o que era o aproveitamento hidroagrícola do Tejo, na página 20, 09.01.01 referiu a falta de texto, e para finalizar na página 22. 10.03.02, perguntou como é que seria feita a promoção. -----

----- Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que na página 3 tinham sido inovações, a faturação eletrónica era obrigatória por Lei, havia Editais dispersos, tinha sido elaborado um protocolo com as Câmaras do Cartaxo e Santarém e tinha a ver com o aproveitamento da nossa lezíria e era um projeto para irrigação do mesmo. Faltava uma palavra no texto da página 20 (processo). Em relação às questões do deputado Carlos Fonte disse que obras no PER se referiam a um caso de uma Sra. que não tinha um pé e que por isso tinha sido efetuado a obra na escada com a implementação de um corredor, relativamente à presença de um representante iria ver se na próxima Assembleia Municipal ia ver se poderia ter um Membro da Assembleia Municipal, tendo sido dito que já havia dois membros faltava um. Quanto às visualizações iria ver porque é que não tinham sido feitas. -----

----- Interveio o Sr. deputado Nelson Rodrigues, para perguntar na questão de modernização administrativa fora dito que tinha saído seis pessoas pelo que questionou se havia necessidade de essas pessoas e se seriam repostas. Lembrou que seria muito útil a colocação de mais um fiscal. Seguidamente em relação à 02.01.01 PPACN perguntou o que já tinha sido feito, e o que pensavam vir a fazer, para quando a sua conclusão. Relativamente a 02.03 perguntou que revisões é que continuavam a fazer, pois já em junho do ano anterior tinha sido focado, e quando é que pensavam finalizar, o mesmo se passando em relação à rúbrica 02.03.04 perguntou o que é já tinha sido feito no âmbito do plano da habitação local. Relativamente à verba IMT que a administração Central tinha vindo buscar, que estava no Orçamento para 2023, perguntou se não faria sentido fazer-se uma revisão orçamental, parte dos custos. Por último inquiriu o que é que a Câmara já tinha executado no âmbito de ações da capital. -----

----- Interveio o deputado Gonçalo Ferreira que em relação às 152 candidaturas recebidas para o ano de 2022/2023 (108 Bolsas de Estudo e 44 Mérito). -----

----- Interveio a Sra. deputada Helena Maciel acerca do ponto Acessibilidades e Infraestruturas Viárias no 03.01 considerou que nada se tinha feito e na rúbrica 09.01.01 serviço municipal de proteção civil, na Verificação de Estradas municipais alto e baixo concelho e sinalização de poços indagou se havia trabalho de levantamento e depois não havia ao, perguntou o que passava. Quanto aos Mercados e Feiras 05.06, estava-se a preparar a Feira de Maio, mas tinham de se preocupar com quem o ano todo ocupava aquele espaço, era necessária salubridade, higiene, pontos de segurança, sanitários adequados, pontos de sinalética adequados e inclusive os colegas da segurança não tinham condições para fazer segurança, pelo que entendeu que o plano de Mercados e Feiras deveria ser alvo de uma nova ação. Quanto  Biblioteca Municipal, na comemoração dos vinte e cinco anos não se tinha percebido praticamente nada do que era dito, estava na página 10 e não percebia nada do que foi dito do Espaço Maker, pelo que pediu esclarecimentos. Quanto à limpeza de Ribeiras, o Sr. Presidente já tinha dito que a responsabilidade era da Câmara, tinha começado pela do Valverde e perguntou o que era esperado para o ano, uma vez que todos os Presidentes de junta delas tinham falado. Quanto  Proteção Civil referia o simulacro "Trainex'23", que segundo a informação fora positivo, mas não havia ainda qualquer relatório pelo que o solicitou. -----

----- O Sr. Presidente em resposta ao deputado Nelson Rodrigues disse que tinham saído um conjunto de pessoas, que até ao final do ano iriam reformar-se mais pelo que teriam de ser substituidas, iria ver feito um mapa de substituição e esperava que fossem desenvolvidos todos os procedimentos para resolver a situação. O PPACN era um vasto programa que existia em Aveiras de Cima, eram cerca de 200 ha que estavam destinados a habitação, serviços e Indústria, o contrato de programa já tinha ido  Câmara e estava-se à espera de fazer o contrato com a empresa, era um processo que iria demorar, e acordo com os técnicos de 8 a 12 meses. O Regulamento estava em análise, após o que viria  Câmara, a fase de análise do plano de habitação tinha sido aberto concurso para o envio de propostas, estavam a ser analisadas, podia adiantar que tivera a visita de uma Sra. da Direção Geral e Patrimnio do Estado para identificação das casas de Vale Judeus, e também da R. do Outeiro em Alcoentre, tinham feito a visita à casa do Diretor que estava muito degradada, estava-se a ver se se conseguia fazer na estratégia local de habitação, renda acessível naquele espaço. Azambuja,

Alcoentre e Vila Nova da Rainha eram os três locais que estavam contemplados na estratégia de habitação. Quanto ao Orçamento. O deputado tinha razão, já tinham andado pelos departamentos para ser feito uma correção ao Orçamento, pois a diferença de 2 milhões fazia diferença. Na rubrica Aquisições de bens da Capital, o valor tinha ascendido a 4,8 ME, 13,5% da despesa total do período destacando-se a Requalificação do Largo de Palmela, que tinha sido uma obra que tinha sido acabada este ano. A requalificação do edifício da DU era uma obra que estava a decorrer, a requalificação do jardim de infância de Vila Nova da Rainha e outras tinham sido as responsáveis pelo valor indicado. Quanto ao deputado Gonçalo Ferreira disse que todas as Bolsas tinham sido atribuídas, não houvera nenhuma que não fosse entregue em tempo. Quanto à deputada Helena Maciel disse que ela tinha feito uma série de comentários acerca da atividade municipal e acerca dos mercados e feiras disse que o terreno não era da Câmara pelo que não podiam ser ali realizados obras de avulta, o terreno era do Montepio e tinha sido cedido à Câmara por um período de cinco anos, agora estava a ser um mais um. A qualquer altura o Montepio poderia querer o terreno de volta, e ter-se-ia de arranjar um terreno alternativo. A Biblioteca lamentava que o vídeo fosse de má qualidade, falaria com o Sr. Vice-Presidente, relativamente à limpeza das linhas de água, que era uma responsabilidade da Câmara iria efetuar as limpezas no concelho consoante a disponibilidade financeira, quanto à Proteção Civil, a Aldeia Segura era um projeto em parceria com a CIMLT. -----

----- Interveio o Deputado Carlos Pires, para perguntar na 10.03.03 da página 22 ponto 4, instalação de um sistema de som para as Reuniões, disse que as gravações tinham erros especialmente a de outubro. Para o Presidente da Assembleia pediu-lhe que lesse o 44º do nº nove. -----

----- O Presidente da Assembleia disse tratar-se de um lapso, pois a Aprovação de Contas estava em segundo lugar. O Presidente da Câmara disse que iria tentar melhorar o sistema de vídeo das reuniões. -----

----- Discutido o documento, nada foi deliberado. -----

----- Foi realizado um intervalo de cinco minutos. -----

----- **Ponto 2 – Documentos de Prestação de Contas 2022**----- **P 32/P/2023**

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que ao nível da Despesa, os pagamentos efetuados ao longo do ano foram 20 669 milhares de euros. 10 711 milhares, ou seja 51,8%, canalizaram-se para o PAM e para o PPI; 7,5 %, 1 544 milhares de euros foram Operações Financeiras e 8 415 milhares de euros,

40,7 % da despesa, foi aplicado no funcionamento dos serviços. -----

----- Em termos da Despesa Total, as Despesas com Pessoal, que são parte substancial do funcionamento dos serviços, tiveram um peso de 39,6%, as Aquisições de Bens e Serviços, com as atividades constantes do PAM - 25,1% e as aquisições de bens de capital, com os projetos de investimento incluídos no PPI - 16,8%. Relativamente a 2021 e, ao contrário da Receita, a Despesa, diminuiu 11%, ou seja, -2,6 milhões de euros. Em 2022, o Município manteve o esforço de investimentos, com destaque para os cofinanciados por fundo comunitários, como Requalificação da Zona Ribeirinha da Vala do Esteiro de Azambuja, Requalificação e Reabilitação de arruamentos na Rua Eng. Moniz da Maia e na Rua Vitor Cordon, Requalificação e Refuncionalização da EB, JI e Espaços Exteriores de Vila Nova da Rainha e Requalificação do Largo de Palmela. O nível de execução orçamental da Despesa alcançou os 85,2% melhorando o comportamento face a 2021 que teve uma execução de 80,2%. No final do ano registou-se um saldo de gerência de 4 691 571 euros, que transitou para 2023, mantendo a solidez ao nível da gestão de tesouraria. No domínio da análise económica e financeira salienta-se o seguinte: os Rendimentos do período fixaram-se em 21492 milhares de euros e os Gastos em 23 029 milhares de euros o que levou a um Resultado Líquido do Período negativo de 1 538 milhares de euros, que contribui desfavoravelmente para a situação financeira municipal. Registou-se, porém uma melhoria deste indicador face a 2021, ano em que o Resultado se fixou em - 2.183 milhares de euros. O Ativo ascendeu a 68 008 milhares de euros, 78,1% foram ativos fixos tangíveis. O Passivo, incluindo Acréscimos e Diferimentos, cifrou-se em 13 111 milhares de euros, representando cerca de 19,3% do Ativo e o Património Líquido, ou seja, a diferença entre ativo e passivo, foi 54 897 milhares de euros, com um peso de 80,7% do Ativo. O aumento do Passivo relativamente a 2021 foi de 3,9 milhões de euros, e resultou, essencialmente: aumentos das “Outras Contas a Pagar” pelos reembolsos de IMT apurados pela Autoridade Tributária, em dezembro, no valor de 2,8 milhões de euros. De notar que se esta operação não tivesse ocorrido o ano teria encerrado com um resultado líquido positivo na ordem de 1,3 milhões de euros. O Prazo Médio de Pagamentos, de acordo com a fórmula legal, manteve-se nos 0 dias, ou seja, o Município encontra-se a pagar as aquisições de bens e serviços praticamente a “pronto pagamento”. Quanto aos limites e equilíbrios legais: foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental, foi cumprido o limite da dívida total e o Município, no final do ano, dispunha de uma capacidade endividamento de



16,7 milhões de euros. -----

----- O Sr. Presidente em exercício deu a palavra ao deputado Néilson Rodrigues que disse que no ponto 02.01.01 Estudos e Projetos Urbanísticos era dito que em 2022 fora terminada a análise dos mapas de ruído no concelho, e em 2023 ainda não tinha visto nada acerca disso, pelo que perguntou qual o seguimento. Já no ponto 05 Ambiente e Saneamento, Consultadoria Especializada em Gestão de Resíduos, perguntou que Consultadoria era esta e como é que se iria refletir com a negociação a fazer com a Empresa que tem o novo contrato de RSU. Na página 35 no 08.02 era dito que não fora possível a conclusão da carta de equipamentos sociais do concelho estando prevista a conclusão no primeiro semestre de 2023, como na atividade de 2023 nada era dito acerca disto, gostava de saber se sempre se cumpriria o prazo. Acerca de Apoios disse que estava em regulamento o banco de ajudas, prevendo-se a sua realização em 2023, perguntou como é que se estava. No que respeitava ao absentismo era dado nota que em 2022 tinha havido 15.609 faltas do quadro da Câmara, louvou por outro lado a diminuição dos dias por acidentes de trabalho. Na página 69, Impostos Diretos, o IUC teve um aumento de 160 ME, pelo que perguntou se o executivo pretendia usá-lo para o arranjo de estradas do concelho, ou em alternativa, pegar no dinheiro e reduzir a carga fiscal de IRS dos munícipes. Uma coisa que era notória era as GOP, concretamente no PPI, que tivera uma taxa de execução de 65,7% tendo ficado por executar cerca de 35% do que estava previsto. Nas GOP, as percentagens eram muito baixas, o mesmo sucedendo a prestação de Bens de Capital. Tendo o Sr. Presidente dito que o seu atraso se devia a uma reunião onde lhe fora dito que o município de Azambuja, receberia 2,3 ME, perguntou o que era que a Câmara tencionava fazer, perguntou também quando é que a Câmara implementava de vez a contabilidade de custos e passaria a fazer cumprir a Lei. -----

----- Em resposta o Sr. Presidente disse que os mapas de ruído teriam a sua apresentação quanto antes, que o serviço de aquisição para a gestão de resíduos fora contratado um professor para dar continuidade ao processo, iria à Câmara, a carta de equipamentos da CEDRUR estava à espera que fosse feito, quanto ao absentismo falou que maior parte se devia a baixas médicas, quanto ao IUC seria para aplicar nas estradas, o Cemitério de Aveiras de Cima, demonstrar-lhe-ia que seria uma realidade, o gestor oficial de contas pusera algumas, já deviam ter implementado a contabilidade de custos iam fazê-lo, quanto as verbas de 2,3 ME eram para saneamento, eram para resolver um



conjunto de situações que na reunião do dia tinham sido enunciadas. -----

----- Tomou a palavra o deputado António Nobre que disse que o município não era uma empresa, servia para ajudar a captação social das suas populações, logo não se podia impontar determinadas ideias de pessoas que já não estão entra nós e não tem nenhuma aplicabilidade em matéria de municipalismo. Já era próprio do PSD falar sempre em devolução do IRS, a acatar tal ideia o Sr. Presidente que já anunciara a proposta de um Orçamento Retificativo, para repor as contas, em fase da devolução da verba que fora entregue, teria de ser mais alargado, focou que era necessário fazer obra ao nível da habitação municipal que apontava para cerca de 2ME, nos parques camarários 42ME valores que juntos perfaziam o total da devolução do IRS. Disse que no desconhecimento dos investimentos realizados pelo Município, como referira o Fiscal de Contas na questão das águas no abastecimento e no saneamento, gostava de ver desenvolvido esse aspeto, dado que estavam concessionadas à AdAz. -----

----- **Foi apresentada um pedido de prorrogação de mais uma hora para realizar a Assembleia Municipal, o que foi aprovado por maioria, com três votos contra, 2 do CH e 1 do PS.** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que a concessão tinha sido feita por 30 anos, ia-se quase com 15 anos, praticamente metade da sua validade e a única obra que faltava fazer era entre a zona industrial de Vila Nova da Rainha e a Avipronto, uma estação elevatória que bombeava os Casais de Baixo e dos Britos para além do campo da feira, que depois bombeava a ETAR da Azambuja. Perante a situação de águas da zona industrial de Vila nova não conseguiria por muito mais tempo captar as águas, numa reunião tida com as Águas de Azambuja e as Águas do Tejo Atlântico, foi inquirido às Águas do Tejo Atlântico qual o período que levaria para fazer a intervenção para direcionar as águas e ainda não estava estabelecido, até porque a obra da N3, as duas rotundas que eram para ser construídas estavam paradas. Além disso o contrato de obras que a Câmara tinha feito quer com contratos de obras quer no saneamento, sim, teriam de as entregar, pois nalguns casos a conduta em fibrocimento que abastecia Aveiras de Baixo, Aveiras de Cima e Vale do Paraíso deveria ser substituída o mais rapidamente possível, isso era uma questão que teria de ser discutida com a AdAz. Já tinham resolvido o problema em Vale do Paraíso, havia um grande constrangimento na elevação da conduta e a AdAz já tinha resolvido. -----

----- Tomou a palavra a Sra. deputada Cláudia Gomes do PS, que disse que perante o documento de



prestação de Contas, incluído as alterações dos movimentos financeiros que tinha havido, em termos de endividamento permitia ao Município de Azambuja no seu primordial objetivo que não era o lucro, nem o capitalismo, mas sim ajudar os seus munícipes a viver condignamente fazendo obra, na consolidação das contas nos pagamentos a fornecedores, a 30 dias e mesmo a 24 dias o que dignificava o trabalho junto dos fornecedores.-----

----- Interveio o deputado Nelson Rodrigues dizendo que era óbvio que o município não era uma empresa era óbvio que a função do município era a satisfação das necessidades públicas dos seus munícipes, era a aproveitação dos recursos que era isso que resultava da Lei, tinha dito o Sr. deputado Nobre que era para aplicar bem os impostos, era o objetivo do PSD, mas cobrar menos impostos e aplica-los melhor que aquilo que estava a ser feito, depois veio a deputada Cláudia dizer maravilhas que os clientes do município eram os munícipes o que era um facto, mas os padrões de satisfação eram muito baixos, pois desde que começara a Reunião tinha ouvido quatro Presidentes de junta a queixar-se de tantas coisas que havia para fazer, são estes os nossos padrões de qualidade, eram estes os serviços que a Câmara prestava aos seus munícipes, disse ter padrões muito mais elevados.

----- Interveio o Sr. deputado Firmino Amendoeira para dizer que na taxa de execução do plano oficial para dizer que nas áreas em que o município estava pior, fora exatamente nas áreas em que o município estava pior, ou seja na saúde, em que fora aplicado nem 36% , no urbanismo e habitação é pouco mais de 47%, havia aqui qualquer coisa que não batia certo porque noutras áreas a taxa de execução até nem estava má, perguntava porque é que nas áreas em que se estava pior é que se cumpria melhor o Orçamento. Gostava também de fazer referência a uma situação, na página 52 estava um quadro muito giro, que era os trabalhadores por género e grupos profissionais, e perguntou se era possível fazer um desses quadros também por rendimentos, mas com os rendimentos de cada trabalhador para perceber qual era a diferença entre o vencimento de uma mulher que era assistente operacional e um homem. -----

----- Interveio o Sr. Presidente dizendo que a Saúde tinha um baixo nível de execução porque a saúde não era competência da Câmara, eles bem queriam mas e podia dizer que a primeira proposta que tinha aparecido era uma questão de nível ao Centro de Saúde de instalações e de outras instalações ao nível de instalações de saúde no concelho na ordem dos 280 ME, já vamos nos 450 ME e não fica por aqui, porque as competências que já veem que aí veem são bastante onerosas , não tem de andar



a pagar competências do Estado, depois a Ação Social era outro tanto só tinha vindo para a Câmara em abril, e foi porque fomos obrigados a recebe-la nessa data, e não se admirava nada que a Saúde fosse da mesma forma que a Ação Social. Em relação ao quadro de vencimentos, referiu que mudava o género, mas não mudava o vencimento, que era igual. -----

----- O deputado Firmino Amendoeira disse que apenas tinham sido aplicados 208 ME, não estava a pedir que fizesse o papel do estado, estava a pedir era que cumprisse aquilo que estava estipulado, eram coisas completamente diferentes. Ao que o Presidente retorquiu que o Orçamento era elaborado na base das previsões, algumas eram certas como as transferências da Administração Central, em relação a variados itens do Orçamento, mas havia coisas que eram variáveis, fora colocado o valor no Orçamento, porque estavam a contar receber a transferência de competências daí o seu valor baixo na sua execução. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 10 (8 PSD, 2 CH) | Abstenção: 2 (1 CDU, 1 BE) | Favor: 16 (12 PS, 4 CDU) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- **Ponto 3 – Aplicação do Resultado Líquido do Período de 2022**----- **P 33/P/2023**

----- Não tendo havida discussão, Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado.

----- Contra: 0 | Abstenção: 11 (8 PSD, 2 CH, 1 BE) | Favor: 17 (12 PS, 5 CDU) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- **Ponto 4 – Projeto do Plano Municipal para a Igualdade: Azambuja + Igual Plano de Ação** -----

----- **P 37/V-MO/2023**

----- Interveio a Sra. deputada Maria de Fátima Pinto, que disse que não era uma questão de contestação era apenas um esclarecimento, disse que o voto CH era favorável só que lamentava que o documento não fosse igual ao apresentado na anterior sessão, que tinha sido discutido e debatido, estava igual no conteúdo, mas não na forma e lamentava que isso não tivesse sido enviado por email a dizer que tinha sido alterada a forma. -----

----- Interveio a Sra. Vereadora Mara Oliveira para esclarecer que o conteúdo era igual, a diferença era apenas na formatação. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH, 1 BE) -----

----- Aprovado por Unanimidade. -----

O Sr. Firmino Amendoeira apresentou a seguinte declaração de Voto.” *A igualdade entre homens e mulheres, e a não discriminação são princípios basilares de todas as políticas públicas, nunca é demais lembrar o Art. 13ª da Constituição da República Portuguesa que consagra o princípio da igualdade, primeiro todos os cidadãos tem a mesma igualdade social e são iguais perante a Lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas instrução de situação económica, condição social ou orientação sexual, o BE desde a primeira hora em que se assumiu pela igualdade de géneros e pela não discriminação contra o racismo, a homofobia e a xenofobia. Por isso é com satisfação que vemos no nosso concelho dar um passo importante para garantir que estas dimensões fundamentais dos direitos humanos e da cidadania estejam presentes em todas as políticas públicas locais, mas um plano deve ser eletrizado e avaliado e o seu acompanhamento deve ser participado, desde logo pelos eleitos e eleitas, mas também pelas diversas organizações do concelho e pelos cidadãos. Sabemos pela experiência que a participação e o alimento das pessoas é fundamental para se produzam efetivas mudanças na forma de pensar e de agir e também na forma como os serviços correspondem. Azambuja + Igual deve ser contra todas as discriminações e pela integração plena. Saudamos este momento como um momento importante para os direitos humanos e para a cidadania no nosso concelho. O BE empenhar-se-á para o sucesso das medidas que promovam a desigualdade e a não discriminação.* -----

----- Interveio o Sr. deputado Gonçalo Ferreira para saudar e aprovar o documento na Assembleia Municipal, o conceito de Liberdade presumia a igualdade pelo tais direitos era completamente indissociáveis, o poder local era o poder mais próximo dos cidadãos, tendo no documento um papel fundamental em dar execução a estes princípios constitucionais da igualdade e da Liberdade, pelo que achava que que era um passo importante nesse caminho, e como dissera o deputado Firmino, esperava que houvesse uma boa execução do programa que trazia benefícios fundamentais na qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- **Ponto 5 – Apoio às Juntas de Freguesia – Cedência de Calçada a Título Gratuito P 40/V-MO/2023**

----- Interveio o deputado Firmino Amendoeira para perguntar qual tinha sido o critério que a Câmara tinha utilizado para distribuir os m3 por freguesia, pois havia grande disparidade de zonas



habitação, perguntou também se tinham sido distribuídos 300 m3 pelas freguesias, o que a Câmara tencionava fazer com a pedra restante, 600 m3 de pedra grossa e 300 m3 de pedra de calçada. -----

----- Interveio a deputada Maria de Fátima Pinto dizendo que a proposta intentava distribuir a título gratuito a pedra às juntas de freguesia, consideravam um ato louvável, o que lamentam era a saída no Jornal Local da cedência de pedra que só hoje vinha a aprovar, solicitou que a Câmara fizesse um desmentido. -----

----- O Presidente disse que as Reuniões de Câmara eram públicas, daí que tivesse saído a notícia, quanto ao Sr. Firmino disse que ou a Câmara ficava com ela ou venderia alguma. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS 8 PSD, 5 CDU, 2 CH, 1 BE) -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 6 -- 1ª Alteração ao Quadro de Pessoal para 2023**----- **P 20/V-AMC/2023**

----- Não tendo havido discussão a Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 10 (8 PSD, 2 CH) | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU, 1 BE) -----

----- Aprovado por Unanimidade. -----

VII – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade -----

VIII – ENCERRAMENTO -----

----- Eram zero horas e trinta minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- [://www.youtube.com/watch?v=NgKPonJwXZo](https://www.youtube.com/watch?v=NgKPonJwXZo) -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----



O Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Azambuja,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Primeira Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo

Segundo Secretário,

Armando Jorge Adrião Calixto